

SACRIFÍCIOS HUMANOS E A BESTA DO PROGRESSO: o desastre, a vítima e a organoboros no caso Braskem¹

HUMAN SACRIFICES AND THE BEAST OF PROGRESS: the disaster, the victim and the organoboros in the Braskem case

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues²

Laura Nayara Pimenta³

Thainá Alexandre Martiniano⁴

Resumo: Partindo da hermenêutica de Paul Ricoeur e sua apropriação por Raúl Díaz, o artigo propõe analisar a produção social da vítima e a construção dos sentidos sobre o desastre a partir do caso Braskem em Maceió, buscando compreender quais elementos são mobilizados por esses sujeitos nos processos de construção de si e do acontecimento. Para tanto, o corpus é constituído de relatos de vítimas do desastre, registrados através de entrevistas em profundidade. Ao tomar essas vozes como objeto de análise, podemos observar como essas narrativas tensionam, refiguram e, por vezes, resistem às versões oficiais, permitindo aos sujeitos transcender a lógica devoradora do tempo abstrato e construir uma identidade narrativa capaz de reinscrever o acontecimento traumático em uma história dotada de sentido.

Palavras-Chave: Narrativas. Vítimas. Desastre.

Abstract: Based on Paul Ricoeur's hermeneutics and Raúl Díaz's appropriation of this approach, this paper proposes to analyze the social production of the victim and the construction of meanings about the disaster using the Braskem case in Maceió. Then, we seek to understand which elements are mobilized by these subjects in the processes of self-construction and the construction of events. Therefore, the corpus comprises the victims' accounts of the disaster, recorded through in-dept-interview. By taking these voices as objects of analysis, we can observe how these narratives challenge, refigure and often resist official versions, allowing subjects to transcend the devouring logics of abstract time and to construct a narrative identity capable of reinscribing the traumatic event in a meaningful story.

Keywords: Narratives. Victims. Disaster.

1. Introdução

Oh, pedaço de mim
Oh, metade arrancada de mim
(Pedaço de Mim, Chico Buarque, 1978)

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Comunicação Organizacional. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Universidade Federal de Alagoas. Professora Doutora. E-mail: emanuelle.rodrigues@ichca.ufal.br

³ Universidade Federal de Alagoas. Professora Doutora. E-mail: laura.pimenta@ichca.ufal.br

⁴ Universidade Federal de Alagoas. Doutoranda. E-mail: thaina.martiniano@ichca.ufal.br

Há uma história pouco contada que tem se desvanecido pelos escombros dos bairros destruídos pela mineração predatória em Maceió: a das vítimas. Os versos acima não nomeiam o acontecimento que consistiu no desastre, mas sim o efeito ontológico da espoliação capitalista que dele deriva sobre a classe trabalhadora. Como já foi exaustivamente debatido em outros trabalhos (Pimenta; Rodrigues, 2026; Rodrigues et al., 2024), o que tem acontecido em Maceió não se trata apenas da perda material, territorial e/ou econômica, mas de uma experiência coletiva de cisão do sujeito.

Ao ter sua história arrancada de si em um ato de imolação coletiva, o que o desastre provocado produziu não foi apenas a ausência, mas um “si” partido, incompleto, instável. Sua percepção de si é profundamente comprometida pela destruição da matéria, reflexo do que Ricoeur (1991) afirma ser um “cogito ferido”, em contraste ao sujeito cartesiano (“penso, logo existo”), um si-mesmo frágil que não se reconhece diretamente, mas precisa ser mediado pela existência do Outro e de mediação hermenêutica que se ancora na linguagem, na narrativa, na ação e nos símbolos. Esse si-mesmo só se reconhece interpretando os signos que ele produz, motivo pelo qual suas narrativas, nas quais o “eu” se reconhece no processo de narrar sua vida.

Confrontando o sujeito cartesiano, Ricoeur (1991) está colocando em relevo o tempo e o Outro como elementos constituintes da construção de sua identidade. No caso das vítimas da Braskem, o tempo é o primeiro elemento que diferencia suas narrativas históricas daquele cronológico, progressivo e artificial da comunicação institucional da mineradora. O Outro é o segundo aspecto de diferenciação no exercício de pensar a identidade de si. Enquanto as vítimas têm a si mesmas como um vínculo pré-existente ou produzido pelo desastre, esse Outro parece inexistente no modo como a empresa constrói sua identidade institucional.

Nesse sentido, a identidade pessoal se constrói em um processo dialético entre o que Ricoeur (1991) chama de identidade-*idem* (mesmidade, *sameness*) e identidade-*ipse* (ipseidade, *selfhood*). A primeira se refere à permanência no tempo, referindo-se à identidade física e ao caráter que marca um sujeito ao longo de sua existência. Já a segunda diz respeito à manutenção do si no tempo, envolvendo um sujeito que baseia sua ação no compromisso ético de mudança, envolvendo também a relação com o Outro. É na dialética entre esses dois princípios de construção e reconhecimento de si que Ricoeur (1991) formula o conceito de identidade narrativa, sugerindo que é no ato de narrar que o sujeito organiza as experiências articulando passado e presente através de uma síntese do heterogêneo (intriga), tornando-se compreensível a si mesmo.

Ricoeur (2010a, 2010c) chama de aporia do tempo o dilema agostiniano de um passado que não é mais, um presente transitório e um futuro ainda por vir. Propõe, assim, a síntese do heterogêneo como forma de lidar com essas contradições e postula a identidade narrativa como a solução para a aporia entre a permanência (*mesmidade*) e mudança (*ipseidade*).

O verso de Chico Buarque exprime esse ponto em que o sujeito já não consegue dizer “eu” sem reconhecer a perda como parte constitutiva de si. A perda é a base da reviravolta na história das vítimas e o “arrancamento” uma violência subjetiva. É nesse sentido que Benjamin (1994, p. 229, *grifo nosso*) afirma, em sua 14ª tese, que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio [como o faz a Braskem], mas um tempo saturado de ‘agoras’”. Em uma aproximação com Ricoeur (2010a), o primeiro tipo se refere ao tempo cósmico/cronológico, linear, objetivo, enquanto o segundo é o tempo vivido, baseado na experiência subjetiva humana que envolve memórias e expectativas.

Na mitologia grega, *Chronos* figura como a origem do tempo enquanto princípio de ordenação do mundo, ao passo que Cronos, seu duplo sombrio, encarna a imagem do tempo que devora. Ao consumir os próprios filhos, Cronos simboliza a voracidade de um tempo que não apenas passa, mas aniquila - um tempo que suprime a possibilidade de futuro dissolvendo o passado. Essa ambiguidade mítica não é apenas um vestígio arcaico do pensamento simbólico, mas uma matriz interpretativa potente para pensar a experiência humana do tempo em contextos de ruptura, sofrimento e desastre.

Partindo da hermenêutica de Ricoeur (2010a, 2010b, 2010c) e sua apropriação por Díaz (1999), este artigo propõe analisar a produção social da vítima e a construção dos sentidos sobre o desastre a partir do caso Braskem em Maceió, buscando compreender quais elementos são mobilizados por esses sujeitos nos processos de construção de si e do acontecimento. Para tanto, a discussão articula resultados de uma pesquisa com os acúmulos de outros projetos realizados por nós ao longo dos anos. O *corpus* é constituído de relatos das vítimas do desastre (um recorte da pesquisa citada), registrados através de entrevistas em profundidade.

Ainda que os sentidos produzidos pela Braskem integrem o horizonte mais amplo das pesquisas que temos desenvolvido, neste artigo eles são abordados de forma transversal, privilegiando-se a experiência narrada daqueles sujeitos cujas vidas foram diretamente afetadas. Ao tomar essas vozes como objeto central, podemos observar como essas narrativas tensionam, refiguram e, por vezes, resistem às versões oficiais, permitindo aos sujeitos

transcender a lógica devoradora do tempo abstrato e construir uma identidade narrativa capaz de reinscrever o acontecimento traumático em uma história dotada de sentido.

Para discutir a relação entre narrativa, experiência e história, ancoramo-nos no pensamento de Benjamin (1994), para quem a narração é uma forma de resistência ao empobrecimento da experiência promovido pelas narrativas hegemônicas (dos vencedores), que tendem a transformar a catástrofe em informação técnica e desprovida de sentido humano. Ao privilegiar a transmissão da experiência, a narrativa benjaminiana rompe com a linearidade progressista da história e permite que o sofrimento, a perda e a memória dos vencidos sejam reinscritas no cotidiano. Essa perspectiva é fundamental para compreender o apagamento das vozes das vítimas nas narrativas institucionais sobre o desastre em Maceió, bem como o potencial político das narrativas que emergem da experiência do deslocamento, da perda e do sofrimento.

A metodologia se baseia em uma abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas em profundidade (Duarte, 2015). Foram utilizados, paralelamente, dois métodos de amostragem não probabilística: bola de neve e intencional, dada a dificuldade de acesso⁵. O *corpus* considerou perfis diferentes de vítimas, incluindo lideranças sociais⁶. Articulamos esse método com as contribuições de Kaufmann (2013) sobre entrevista compreensiva - abordagem que orienta a condução dos diálogos a partir de uma escuta sensível, atenta ao tempo, à subjetividade e às experiências singulares dos(as) entrevistados(as). Também utilizamos a técnica de entrevista semiaberta – ou guiada, segundo Richardson (1989) –, pela flexibilidade e profundidade no contato com os entrevistados. Essa abordagem é fundamental para pesquisas que envolvem temas sensíveis como identidade, memória, trauma e relações sociais.

Para a análise das entrevistas, nos baseamos na abordagem de Raúl Díaz (1999) sobre o conceito ricoeuriano de identidade narrativa, que aplica essa compreensão às narrativas provenientes de entrevistas (no caso do autor, focado em relatos biográficos). Interessa-nos identificar as mediações presentes nesse processo de construção de sentidos sobre o desastre e a percepção de vítima dos entrevistados, considerando que tais narrativas se inscrevem em um

⁵ A dispersão da população atingida e ausência de dados sobre esse grupo se mostrou um grande entrave na pesquisa, limitando o acesso aos conhecidos e à sua rede de contato. Além disso, havia desconfiança sobre pesquisas por parte de alguns grupos por receio de fornecimento de informações à Braskem.

⁶ Reconhecemos que é possível a existência de vítimas que não se restringem às diretamente afetadas, tampouco as que envolvem questões econômicas e materiais, mas estabelecemos esse recorte para possibilitar melhor aprofundamento de análise, visto se tratar de uma pesquisa qualitativa envolvendo entrevistas em profundidade.

campo de disputa simbólica mais amplo, atravessado por discursos institucionais, midiáticos, empresariais e até acadêmicos que tendem a hegemonizar determinadas leituras sobre o desastre, ao mesmo tempo em que invisibilizam outras.

Ao deslocarmos o foco analítico dos discursos institucionais para as narrativas dos sujeitos diretamente impactados pela atuação da Braskem, trazemos uma contribuição pertinente e crítica ao campo da Comunicação Organizacional. Quando tratamos dos sentidos produzidos pela organização de modo transversal e privilegiamos as experiências narradas pelas vítimas, ampliamos o escopo tradicional dos estudos organizacionais, que tendem a concentrar-se na comunicação estratégica, na gestão de crises ou na reputação corporativa. Ademais, esta pesquisa se insere nos estudos de comunicação e narrativa, partindo do pressuposto de que a linguagem é uma dimensão central na produção de sentidos sobre a experiência social e a identidade que os sujeitos produzem sobre si. Em contextos de crise e sofrimento coletivo, como o proveniente do desastre socioambiental em questão, a linguagem tem um papel fundamental na organização das ideias e articulação de sentidos na comunicação.

2. O caos, o cronos e o silêncio organizacional diante do desastre

Na mitologia grega, o Caos (*Kháos*) representa mais que a desordem, sendo também o vazio representado pelo vácuo, a ausência e o silêncio primordial. Nessa perspectiva, Orlandi (2023) afirma que a forma política do silêncio é o silenciamento, evidenciando seu caráter histórico e ideológico. O silenciamento, portanto, constitui um forte componente que marca a história da exploração de sal-gema em Alagoas. Em seu contexto histórico, a sociedade brasileira estava submetida a uma política do silêncio imposta pela Ditadura Militar (1964–1985), e foi com a autorização do governo ditatorial, na década de 1970, que se iniciou a exploração do solo alagoano.

Esse processo, contudo, inscreve-se em um movimento anterior. A Salgema S.A. foi fundada em 1966, em pleno segundo ano da Ditadura, sendo beneficiada por um contexto de repressão estatal que limitava a circulação de vozes dissidentes, inclusive aquelas que já alertavam para os riscos futuros da atividade minerária (Nascimento; Cavalcante, 2018; Cavalcante, 2020). Nesse cenário, o silenciamento operava como mecanismo estruturante, ao mesmo tempo em que se consolidava e se difundia a narrativa dominante do progresso e do desenvolvimento econômico.

Assim, o silenciamento não operou apenas como ausência, mas como uma condição que possibilitou a imposição de uma nova ordem autoritária e violenta, na qual o poder do Estado organizou o tempo, o território e a narrativa histórica para atender a seus interesses. Esse silêncio não se encerrou com o fim formal da ditadura, mas constituiu uma estrutura que reverbera até o presente, sustentando e legitimando novos processos de silenciamento. Ao adquirir nova configuração institucional sob o nome Braskem, não houve uma ruptura com essa lógica, mas sua continuidade sob novas formas, evidenciando a permanência de práticas, alianças e estruturas de poder constituídas naquele período.

Após mais de quatro décadas de extração de sal-gema no subsolo da cidade pela empresa, em 2018 foram sentidos os primeiros tremores de terra no bairro de Pinheiro. O solo afundou, deixando rastros através de rachaduras nas ruas, paredes e telhados da região. Mas eles também se alastraram pela vida das pessoas que ali viviam, alterando sua realidade e a própria percepção sobre ela. Apesar dos prejuízos materiais evidentes, pouca ênfase foi dada aos danos imateriais e aos efeitos colaterais que afetaram a vida na própria sociedade: migração interna, exclusão social, especulação imobiliária, empobrecimento, vínculos sociais comprometidos, mortandade da fauna e da flora, proliferação de doenças, para citar alguns.

A história da mineração no Brasil atravessa e por vezes se confunde com a própria história do país. Se, por um lado, ela é associada ao desenvolvimento econômico, por outro, ela se vincula à exploração da natureza e da força de trabalho escravizada e subempregada. O modo como é contada nos livros e reproduzida na mídia dominante representa o ponto de vista do que Benjamin (1994) chama de história do vencedor, daqueles que se beneficiaram com a exploração capitalista.

Ao longo de sua trajetória, a mineração produziu vítimas variadas em diversos níveis, seja por meio da exploração de sua mão de obra, dos deslocamentos forçados, do aniquilamento da fauna e flora, da destruição da matéria-prima dos trabalhadores e das mortes diretas e indiretas. No contexto da América Latina, esse rastro de destruição é ainda mais evidente pelo histórico de colonização (Aráoz, 2019). A história da mineração é, a despeito da riqueza produzida, uma história de desastres. A forma como ela é contada através das narrativas dominantes, contudo, acaba por eclipsar essa realidade por meio de enunciados que relativizam as tragédias, diminuem a culpa/responsabilização e naturalizam esse estado de coisas em função da ideia de progresso. Isso integra o painel semântico do que Rodrigues (2025) aponta como um neoliberalismo à brasileira, forjado sob a lógica do progresso e do sacrifício.

A noção de desastre que utilizamos dialoga com a sociologia do desastre, que o compreende não como evento natural isolado, mas como processo socialmente produzido, cujos efeitos resultam da articulação entre fatores técnicos, históricos, políticos e comunicacionais (Quarantelli, 2005). Nessa perspectiva, o desastre revela e aprofunda desigualdades preexistentes, sendo definido menos pela ocorrência do evento físico e mais pelos modos como ele é interpretado e narrado. A comunicação assume, portanto, papel central na definição do que é ou não reconhecido como desastre, influenciando políticas de reparação, formas de responsabilização e processos de construção identitária das populações atingidas.

Essa compreensão se articula à leitura de Félix Guattari (1990), a partir do que o autor aponta como três dimensões ecológicas: ambiental, social e mental. Aqui, o desastre não se limita à destruição do meio ambiente, mas envolve simultaneamente a desorganização das relações sociais e a produção de sofrimento subjetivo compartilhado. Conforme temos acompanhado ao longo dos anos e discutido em outros projetos e artigos, a exploração mineral afeta o território físico, desestrutura os vínculos sociais e produz efeitos profundos sobre a saúde mental, a memória e a percepção de si das vítimas. A articulação entre a sociologia do desastre e o pensamento guattariano permite compreender o fenômeno como um problema multidimensional, na qual a narrativa se apresenta como um importante elemento para compreender os efeitos da destruição socioambiental na vida das vítimas e da cidade.

Há personagens importantes que nos ajudam a compreender essa cena e seus desdobramentos. Responsável pelo desastre em curso em Maceió, a Braskem vem protagonizando essa história ao tentar controlar o imaginário social, construindo à sua maneira as narrativas sobre os eventos que resultaram na sua responsabilização pelo Serviço Geológico do Brasil. Apesar das evidências, a empresa evita falar em desastre, utilizando um jogo complexo de palavras para abordar o tema. Em virtude de seu poder político e econômico, tem tecido alianças com outros personagens importantes, como a imprensa e as instituições públicas, interferindo sobre as agendas pública, midiática e política.

O desastre socioambiental em Maceió se situa em um contexto maior de crises ambientais no Brasil, cujas maiores tragédias foram provocadas por mineradoras de expressão internacional. Situar a Braskem nesse cenário nos permite compreender como a empresa utiliza a comparação também em benefício próprio, diminuindo e até mesmo negando o desastre em virtude de sua natureza diferente, que não chegou a ter vítimas fatais diretamente. E isso não é um mero detalhe, mas o cerne da questão, pois sem vítima, nessa visão, não há crime, nem

culpa, nem responsabilização. Ao que parece, esse é um entendimento compartilhado, considerando também os termos do acordo de compensação (não de reparação). Uma barreira semântica que encontra guarida na política de desmobilização.

É seguindo essa narrativa que a organização se posiciona institucionalmente. Ao afirmar que “a prioridade da Braskem é a segurança das pessoas” e que a organização “vem contribuindo com o poder público na compreensão da subsidência em Maceió e na minimização dos efeitos sobre os moradores” (Braskem, c2024b, p. 6), a empresa reconstitui os fatos ao deslocar os sentidos do desastre, ao imputar as consequências de sua mineração a um fenômeno natural de “subsidência”. Ao mesmo tempo que desloca a responsabilidade de sua atividade mineradora, também constrói uma imagem de organização que preza pela responsabilidade, segurança e colaboração com “os moradores”, como diz a empresa.

A narrativa é um elemento fundamental para a comunicação na medida que sua produção é fonte de um processo de subjetivação. Ao narrarmos eventos, construímos memórias por meio de estruturas comuns de relatos que são anteriores a nós e incorporamos através de um longo processo de aprendizado. Isso explica por que forma é também conteúdo. Compreender os modos como as pessoas e as organizações constroem essas narrativas nos ajuda a identificar os marcadores sociais e as mediações que a atravessam e, por extensão, aquilo que as organizações consideram em suas estratégias de comunicação sobre os eventos de interesse.

Como relatam muitas vítimas do desastre em questão, no princípio não houve palavra, mas silêncio. É nesse intervalo entre o acontecimento e sua significação que o tempo se torna mais violento. Nesse caso, o tempo cronológico (*Chronos*) manifesta-se igualmente como um Cronos devorador: anos de espera, silêncios institucionais, indefinições e prorrogações que consomem vidas, projetos e pertencimentos.

Contudo, as vítimas são um público importante para a comunicação organizacional da Braskem, que ao contrário do que se possa imaginar, pode utilizar o silenciamento como uma estratégia de comunicação dirigida ao agrupamento em questão. A experiência prévia com moradores de alguns bairros nos permitiu inferir que as características demográficas e comportamentais desses sujeitos são consideradas no modo como a empresa vai desenvolver suas ações de comunicação. Ao negarem a condição de vítima às pessoas afetadas pelo desastre, as narrativas ligadas ao caso em questão materializam a colonialidade como um processo de naturalização e legitimação de visões oficiais sobre populações colonizadas, no

qual os acontecimentos humanos perdem sua historicidade e, conseqüentemente, alternativas possíveis (Aráoz, 2019).

Os modos como os indivíduos compreendem a realidade social remetem ao que Aráoz (2019) afirma ser um complexo substrato de sentido, marcado por representações, ideias e crenças. São estes que, além de mediar a compreensão do mundo e de si mesmo das pessoas, modelam suas práticas sociais. Com isso, as representações que se fazem coletivas têm efeitos sobre as formas de reconhecimento do indivíduo, inclusive como vítima. É nesse ponto, precisamente, que as representações de desastre socioambiental têm impacto sobre o reconhecimento de si como vítima destes eventos, sendo estas duas noções inseparáveis uma da outra na medida em que são objeto do que Aráoz (2019) chama de disputas epistemológico-políticas sobre o sentido.

Se, na mitologia grega, o Caos é mais do que desordem, sendo a ausência e o silêncio primordial, no contexto do desastre provocado pela Braskem, ele se manifesta como aquilo que foi produzido e sustentado por estruturas de poder que operam por meio da política do silêncio, o silenciamento. Estrutura que condiciona o que pode ser reconhecido como desastre, quem pode ser reconhecido como vítima e quais responsáveis podem ser nomeados. Ao mesmo tempo, é sob o signo de Cronos que esse processo se consolida, uma vez que o tempo institucional, marcado por adiamentos, negociações e indefinições, atua como mecanismo de gestão do conflito e de contenção de seus efeitos políticos. Assim, entre o Caos e Cronos, o silenciamento organizacional emerge como estratégia que não apenas responde ao desastre, mas participa ativamente de sua constituição simbólica e de sua continuidade no tempo.

Nesse sentido, compreender o silenciamento organizacional diante do desastre implica reconhecer a comunicação como espaço de disputa de sentidos, no qual se confrontam narrativas que buscam hegemonizar determinadas versões da realidade e outras que emergem da experiência vivida pelas vítimas. Ao organizar o comum, a comunicação também organiza o esquecimento e a memória, o reconhecimento e a negação, a responsabilização e a impunidade. O caso da mineração de sal-gema em Maceió evidencia que o desastre não se encerra no evento físico, mas persiste como processo social, histórico e narrativo, continuamente reatualizado por práticas institucionais que buscam administrar seus efeitos e preservar determinadas estruturas de poder.

4. Das narrativas institucionais às narrativas das vítimas: em busca das histórias silenciadas

Para Ricoeur (2010a, 2010b, 2010c), o tempo só se torna propriamente humano quando é articulado narrativamente. A narrativa, compreendida não como gênero discursivo, mas uma condição ontológica da experiência temporal, constitui a mediação capaz de resgatar o tempo vivido da pura sucessão destrutiva do tempo abstrato, cronológico, linear - tal como vemos nas narrativas institucionais da Braskem. Ao narrar, os sujeitos produzem uma síntese do heterogêneo - a tessitura da intriga (*mythos*) - que articula passado, presente e futuro sem reduzi-los a uma linearidade homogênea. O tempo narrado não coincide com o tempo vivido, mas o torna inteligível, comunicável, compartilhável e socialmente reconhecível.

Como aspecto central para o estudo das narrativas, a comunicação é, também, a expressão da cultura que faz parte, constituindo como um aspecto fundamental para a construção da memória em suas diferentes modalidades. Sendo as vítimas um público característico dos desastres de mineração, a compreensão de desastre e de si mesmas que elas evocam em suas narrativas nos ajuda a entender as formas como as organizações abordam os desastres e por que eles continuam a produzir vítimas mesmo depois das catástrofes.

As entrevistas em profundidade com as vítimas foram realizadas entre 2024 e 2025 e conseguimos, ao todo, entrevistar nove pessoas, número menor do que o previsto, dada as dificuldades já relatadas. O roteiro semiestruturado de perguntas estava dividido em dois módulos: 1) memória e identidade e 2) desastre e mudança. Trabalhamos desde o início com o processo de refiguração de sentidos com enfoque na identidade narrativa postulada por Ricoeur (2010a) e explorada por Díaz (1999) no campo antropológico. Partindo deste último, identificamos mediações comuns às narrativas dos diferentes entrevistados que tiveram papel determinante na produção de sentidos sobre o desastre e a condição de vítima.

Seguindo os passos de Díaz (1999), mesmo diante de uma pluralidade de experiências, pudemos identificar três grandes mediações que conectam as histórias narradas nas entrevistas: família, fé e luta. Juntas, essas categorias se mostraram fundamentais no processo de produção de sentidos e na organização das experiências em torno do desastre, reforçando nossa posição de que a vítima não é simplesmente um sujeito afetado por ação externa, mas um sujeito colocado forçadamente na condição de sacrificado.

Moradora do Pinheiro há mais de quatro décadas, *Anastácia*⁷ é uma das vítimas que se recusou a assinar o Termo de Compensação Financeiro da Braskem (2024). Ela era vizinha de seus familiares (como era comum nesses bairros) e seus filhos nasceram e foram criados ali. Mesmo com o afastamento dos vizinhos e amigos, estar em sua casa era sentir paz e conforto, até que numa madrugada foi acordada por agentes públicos locais e federais, que a expulsaram de casa junto com outras vítimas que resistiam como ela. Desde então, afirmou: “Estou travando uma grande luta contra a Braskem e seus sócios”. A permanência em sua residência, mesmo diante do esvaziamento do bairro e da pressão pela remoção, é descrita como gesto de dignidade e afirmação de pertencimento.

Alice morava com a família, que estava no bairro desde o final da década de 1960. O ambiente tranquilo e familiar foi substituído por um completamente diferente, com uma vizinha simpática, mas com hábitos inteiramente novos. A transição foi impactante em termos culturais, econômicos e afetivos, como também mostra *Mariana*, que se dedica à luta contra a empresa: “A gente tinha uma vida comunitária muito forte no bairro de Bebedouro. Havia uma rede de apoio muito sólida, formada por familiares, amigos e vizinhos. Os vizinhos eram como família. [...] Nós saímos porque realmente não tínhamos outra escolha”.

A família é mobilizada como símbolo de pertencimento e acolhimento. Como tal, não se limita aos vínculos de consanguinidade, mas também se estende à comunidade. A luta emerge como um recurso mobilizador de ação política, localizando o sujeito em um espaço comum de resistência. A fé, por sua vez, é evocada como dispositivo de controle emocional e sociabilidade, um consolo e ao mesmo tempo fonte de resiliência (aspecto-chave para a dimensão sacrificial do capitalismo) em meio à destruição e ao abandono. Além disso, a pesquisa revelou a fé ser um operador simbólico para a organização da experiência do sofrimento, reinterpretação do desastre e crença na justiça. É o que observamos em falas como a de *Marcos*: “Deus vai trazer à tona essas verdades, que são importantes para que a população saiba o que está acontecendo verdadeiramente na cidade de Maceió”.

Essas mediações operam de forma articulada no processo de configuração narrativa e produção de si, situando o sujeito em um contexto mais amplo de relações sociais e disputas de sentidos. É dessa forma que os relatos precisam ser compreendidos para além do testemunho

⁷ Os nomes utilizados são fictícios e as características das pessoas não foram detalhadas para proteger suas identidades. Evitamos distinguir as categorias de vítimas para não identificá-las. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade.

individual, funcionando, outrossim, como aquilo que Díaz (1999) afirma serem arenas de construção de sentidos. No caso mais emblemático das lideranças, as narrativas não se limitam à perda, mas se afirmam por meio da ação coletiva na luta por justiça, reparação e memória. Além disso, elas se imbricam, conferindo mais sentidos às experiências desses sujeitos, como na fala de *Cris*:

Eu sei que a luta por justiça é uma luta penosa. Não tenho ilusão sobre isso. Assim, Jesus não teria sido crucificado. Ele teria saído rico dessa luta dele. Então, eu sei que fez parte da missão e ainda faz parte dessa missão de lutar por justiça pelas pessoas que não conseguem traduzir a violência que sentem.

No que se refere às demais vítimas, o desastre e atuação da Braskem diante do processo provocou uma onda de revolta e indignação que impulsionou a organização política dos ex-moradores, trabalhadores, empresários e usuários de serviços da região. O medo experienciado pelas dezenas de milhares de vítimas, à época também afetadas pela pandemia da Covid-19, a pressão pelo fechamento de acordos de compensação financeira e a ausência de levantamento público sobre as pessoas foram aspectos determinantes para a desmobilização de um movimento de resistência que ali surgia. Apesar disso, a culpa era um sentimento presente em alguns relatos, como o de *Alice*: “Eu não queria sair porque a casa foi meu pai que construiu [...]”.

Muitos moradores fecharam acordo com maior rapidez, segundo relatos de entrevistas, matérias jornalísticas e até outras pesquisas, por medo de não serem realocados ou ficarem aguardando sentenças de processos judiciais por anos. Esse sentimento se intensificou na pandemia, com o isolamento e perda de postos de trabalhos, período em que grande parte dos acordos foi assinada.

As entrevistas mostraram que apesar dos acordos de compensação terem trazido algum nível de restituição material, não ofereceram soluções quanto ao trauma gerado pela perda imaterial. Motivo pelo qual algumas vítimas, ainda que poucas, optaram por não ceder de imediato ou ainda estarem em disputa judicial. As narrativas apontam para a construção de uma identidade coletiva fragmentada, marcada tanto pela resistência como pelo sofrimento compartilhado.

Os relatos constantemente mobilizaram imagens mentais, algumas associadas à vida e à morte, tanto em referência à iminente demolição da moradia quanto à fragmentação das redes comunitárias, articulando memória e identidade em torno da experiência da perda. Neste

processo de refiguração da história por meio do ato de narrar, as vítimas podiam acessar lembranças a princípio apagadas, ressignificando o desastre e sua própria condição de sujeito imolado.

As narrativas construídas por meio do diálogo com as entrevistadoras, diferente daquelas elaboradas tecnicamente pela organização, acabam por produzir uma compreensão sobre o desastre que rejeita a conformação do sacrifício, projetando a imagem do anjo da história benjaminiano⁸. Enquanto é empurrado para o futuro pela tempestade do progresso, ele olha para o passado não de forma linear, mas como um acumulado de ruínas. Nelas está um pouco de cada um de nós esperando o momento do resgate.

Ao narrar suas histórias a partir do desastre, os entrevistados produzem a si mesmos, simultaneamente, como sujeitos da dor, ora como indivíduos resignados ora como agentes da denúncia. Nessa dinâmica complexa de emoções, eles não apenas mostram os efeitos da desterritorialização, mas também desvelam os limites das estratégias institucionais por trás da “compensação”. Evidenciam, com isso, um tipo de violência que ganha forma na comunicação e na gestão de relacionamentos institucionais. Mas essas narrativas também revelam controvérsias, o que pode ter relação a baixa mobilização social em torno do tema, que já tinha em seu desfavor o poder da mineradora sobre as agendas pública, midiática e política, a nível local e nacional. Nesse processo, o sofrimento se torna um aspecto constitutivo da identidade narrativa das vítimas, não se limitando ao passado, mas acompanhando as pessoas no presente e minando o futuro.

Retomando Santo Agostinho, Ricoeur (2010a) compreende o tempo a partir de suas distensões na alma: o presente do passado (memória), o presente do presente (atenção) e o presente do futuro (espera). Essas impressões não fixam o tempo, mas o tornam experienciável enquanto movimento. É precisamente a intriga, tal como formulada por Aristóteles na Poética, que possibilita a concordância dessas distensões, organizando o tempo de modo inteligível sem encerrá-lo em definitivo. A narrativa, portanto, não estabiliza o sentido; ela o produz provisoriamente, mantendo aberta a historicidade da experiência. No caso das vítimas, a intriga se materializa no desastre, que desencadeia um conjunto complexo de experiências emaranhadas em um *loop* eterno de sofrimento.

⁸ Ver quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee. Benjamin (1994) utiliza a imagem como metáfora para explicar a história não como uma experiência linear, mas uma destruição acumulada.

É por isso que o autor se distancia de uma abordagem essencialista de identidade, mostrando a fragilidade desse sujeito que busca dar coerência à sua história - que nunca é linear - por meio do relato (Ricoeur, 1991). Assim, acontecimentos de grande impacto na vida do sujeito, como o desastre da Braskem, emergem nos relatos como uma “reviravolta”, o ponto de virada que confere à narrativa um caráter de totalidade e impõe ao sujeito um processo de refiguração sobre sua história, incidindo sobre sua própria identidade.

No caso do desastre, o tempo institucional, regulado por estratégias, decretos, perícias e cronogramas técnicos, impôs-se como uma temporalidade estranha à experiência dos sujeitos afetados. As narrativas das vítimas, por outro lado, revelam a experiência subjetiva interdita pelas narrativas hegemônicas.

5. A emergência da organoboros como expressão da crise ecológica e do capitalismo sacrificial-progressista

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (Benjamin, 1994, p. 226).

Este artigo surge a partir de um deslocamento de objeto: das estratégias organizacionais para as experiências sociais resultantes da relação entre uma organização e seus públicos em um contexto de desastre socioambiental. O resultado da pesquisa, contudo, não nos oferece um horizonte para o qual devemos avançar, tal como propõe a ideologia do progresso. Isso porque, já alertou Fraser (2024), não há solução dentro de um sistema que “devora” suas próprias condições de existência, reproduzindo o desequilíbrio em todas as dimensões da vida humana e natural.

Aqui evocamos a metáfora do ouroboros como representação de algo que consome a si mesmo. Dialogando com a perspectiva ricoeurina de que a metáfora não se limita a um recurso estilístico da linguagem que visa substituir palavras, mas também a uma função social de produção de sentidos para realidades complexas (Ricoeur, 2000), possibilitando interpretações

que mobilizam diversos níveis de conhecimentos. Por esse motivo, Ricoeur (2000) se refere à metáfora como uma inovação semântica.

Do grego ouroboros (οὐροβόρος), a expressão ouroboros envolve a junção das palavras ourá (οὐρά), que significa “cauda”, e boros (βόρος), que significa “devorador”. Trata-se de uma imagem arquetípica associada à ideia de ciclo eterno, autorreferencialidade, que Fraser (2024) evoca para ilustrar a natureza do capitalismo, que implica consumir as bases naturais, políticas e sociais de sua e de nossa própria existência. É a partir disso que é introduzido o conceito de capitalismo canibal, que “nos convida a ver essa sociedade como um grande banquete institucionalizado, onde o prato principal somos nós” (Fraser, 2024, p. 11).

Inspiradas no mito da ouroboros e na teoria do capitalismo canibal de Fraser (2024), nos referimos às organizações mineradoras como a expressão do que nomeamos como Organoboros, um organismo que consome a si mesmo em sua ânsia por dominar o planeta. O termo é uma junção de duas palavras de origem grega: organon (ὄργανον), que significa “instrumento” ou “órgão”, e boros (βόρος), como citada acima. Trata-se de um órgão ou organismo que devora a si mesmo no âmbito de consumir tudo ao seu redor, podendo representar uma organização que atua como instrumento de exploração predatória. No caso da Braskem, trata-se de uma empresa que, no seu processo de “extração” mineral, consome e destrói o próprio meio que a sustenta, num ciclo destrutivo semelhante ao simbolismo do Ouroboros.

A aplicação analítica nos permite compreender o desastre para além dele mesmo. Como organoboros, a mineradora representa o *modus operandi* do capitalismo canibal, que explora ao mesmo tempo em que destrói suas fontes de reprodução e riqueza. As vítimas foram colocadas em condição de imolação, tendo suas histórias, vínculos e condições materiais de reprodução sacrificadas em nome de um progresso que beneficiou poucos. Essa lógica sacrificial é desde sempre imperialista, justificando os sacrifícios como um destino comum para o desenvolvimento social (Hinkelammert, 1995).

Do latim víctima, a palavra vítima se refere a pessoas ou animais imolados, vencidos, dominados em sacrifício a divindades, geralmente em contextos de rituais, carregando uma forte conotação religiosa. Em um país com população majoritariamente cristã, principalmente católica (BRASIL, 2025), a noção de vítima também acaba sendo atravessada por esse imaginário, que somado ao processo de subjetivação capitalista e a emergência de uma racionalidade política neoliberal, confere sentido moral ao sacrifício das majorias.

No âmbito jurídico, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) descreve a vítima como uma condição em que o indivíduo se encontra em situação de vulnerabilidade, violência e danos morais, físicos, psicológicos e políticos. Além disso, usa o termo “vítima coletiva” para se referir a: “Grupo social, comunidades ou organizações sociais atingidas pela prática de crime, ato infracional ou calamidade pública que ofenda bens jurídicos coletivos, tais como a saúde pública, o meio ambiente, o sentimento religioso [...]” (Conselho Nacional do Ministério Público, 2021, s.p.).

Segundo Benjamin, (2013), o capitalismo se desenvolveu, no Ocidente, como parasita do cristianismo, constituindo-se como uma religião cultural culpabilizadora, dialogando com a perspectiva de Hinkelammert (1995, p. 152), que afirma que “o Império Cristão tem um mecanismo infalível para estabelecer a culpa de suas vítimas e a divindade e inocência dos vitimadores”. Por isso a noção de sacrifício é central nesta pesquisa, constituindo-se como elo indissociável entre a mineração predatória e suas vítimas.

Como explica Rodrigues (2025), a simbologia do sacrifício, que pressupõe uma vítima ser sacrificada, foi incorporada na tradição cristã ao longo dos séculos, sendo “herdada pelo capitalismo como categoria abstrata de representação de suas reformas. Nesta, a classe trabalhadora é continuamente apresentada como a oferenda ao Deus Capital” (p. 70). Assim, mesmo com a promulgação do Estado Laico, no Brasil, o catolicismo continuou a ser um marco de referência e apoio estatal, constituindo-se como um marco da cultura cívica brasileira e da formação social e política de seu povo.

Diante do Caos gerado pelos tremores, rachaduras e a falta de respostas, a Braskem escolheu o silêncio seguido da negação. Apenas com os laudos técnicos que chegaram a público um ano depois, responsabilizando a Braskem, que as vítimas começaram a elaborar mentalmente o dano. Com os imóveis eram também devoradas as memórias, experiências e a cidadania das pessoas em um ritual coletivo de sacrifício em nome de uma divindade sustentada pelo lucro e exploração socioambiental. Para conquistar o progresso, a Besta (organoboros) é capaz de consumir toda a matéria orgânica e social, incluindo a si própria.

Frente à organoboros, a narrativa das vítimas emerge como gesto ético-interpretativo que inscreve o acontecimento no curso da história. Nesse processo, tanto o acontecimento como sua própria condição de vítima são refigurados em um ato reflexivo sobre si. Assim, o desastre revela e aprofunda desigualdades preexistentes, sendo definido menos pela ocorrência do evento físico e mais pelos modos como ele é interpretado e narrado. A comunicação assume,

portanto, papel central na definição do que é ou não reconhecido como desastre, influenciando políticas de reparação, formas de responsabilização e processos de construção identitária das populações atingidas.

É nesse sentido que Rodrigues (2025) afirma ser o sacrifício, aliado à ideologia do progresso, aquilo que caracteriza o neoliberalismo à brasileira, fundamentando-se não apenas sobre uma dimensão econômica, mas também política, cultural e moral. Nesses termos, o capitalismo contemporâneo se traduz “como uma religião do cotidiano capaz de apresentar um aparato justificativo para a catástrofe.” (Rodrigues, 2025, p. 69). Sob uma perspectiva benjaminiana, o progresso tem um efeito nocivo sobre a sociedade, segundo Mate (2011, p. 217), porque “frivoliza o sofrimento humano ao declará-lo como efeito colateral ou preço fatal do progresso. [...] [E] multiplica o sofrimento”.

Enquanto experiência coletiva de dor psíquica gerada pela exploração capitalista, o sofrimento produz um padrão de vítimas, no qual se encaixa aquelas da Braskem. Ao mesmo tempo em que a organização fala sobre o desastre – tratando-o como uma simples “subsistência do solo” –, assistimos a uma campanha institucional que defende que “a Braskem gera mais de 750 empregos diretos e 3,3 mil indiretos com duas operações (em Maceió e Marechal Deodoro), liderando a cadeia da indústria plástico-química na região.” (Braskem, 2026, s/n). Sacrifício e progresso são dimensões de uma mesma lógica que articula as narrativas dos vencedores, no sentido benjaminiano do termo.

Sendo a narração, de acordo com Benjamin (1994), uma forma de resistência ao empobrecimento da experiência promovido pelas narrativas hegemônicas (dos vencedores), a a organoboros tende a transformar a catástrofe em informação técnica e desprovida de sentido humano. Ao privilegiar a transmissão da experiência, a narrativa benjaminiana rompe com a linearidade progressista da história e permite que o sofrimento, a perda e a memória dos vencidos sejam reinscritas no cotidiano. Essa perspectiva nos ajuda a compreender o processo de apagamento das vozes das vítimas nas narrativas institucionais sobre o desastre em Maceió, bem como o potencial político das narrativas que emergem da experiência do deslocamento, da perda e do sofrimento.

Nesse quadro teórico, as narrativas das vítimas emergem como forma de identificação consigo a partir de uma hermenêutica de si ancorada na dialética entre mesmidade e ipseidade, isto é, na dinâmica entre permanência e mudança. Essa tensão implica numa tentativa permanente de resistência que consiste em reconhecer as mudanças sem deixar de ser si mesmo.

Trata-se de uma luta contra uma organoboros que mergulha nas subjetividades coletivas e atua como o Cronos, devorando o tempo vivido para desconstruir a memória local.

Assim, a mineração materializa não apenas um tipo de exploração, mas igualmente um modelo de comunicação que coloniza imaginários e torna tangível uma forma de cidadania sacrificial (Brown, 2018) que toma o progresso como um fim em si mesmo. A compreensão dos desastres socioambientais é produzida cotidianamente sob a ótica do vencedor, isto é, as organizações dominantes, de modo que as alternativas de interpretação da realidade ficam cada vez mais restritas. A internalização da cosmovisão do vencedor (Benjamin, 1994) é aquilo que Aráoz (2019) defende ser nossa condição (neo)colonial.

As vítimas são um público indesejável criado pela Braskem em sua exploração predatória. O desastre não representa apenas um evento histórico em suas vidas, mas um aspecto que articula diversos eventos históricos para além dele mesmo.

6. Considerações “parciais” e as aporias da comunicação nas organizações

Ao longo deste artigo, procuramos deslocar o olhar analítico das estratégias organizacionais para as experiências narradas pelos sujeitos diretamente atingidos pelo desastre provocado pela Braskem em Maceió. Ao fazê-lo, evidenciamos que o desastre não se esgota no evento físico da subsidência, mas se constitui como processo histórico, comunicacional e simbólico, continuamente reatualizado pelas disputas em torno de seu sentido. A partir da hermenêutica de Ricoeur, articulada às contribuições de Díaz (1999) e Benjamin (1994), foi possível compreender como a identidade das vítimas se produz narrativamente na tensão entre mesmidade e ipseidade, entre permanência e ruptura, tendo o desastre como reviravolta que reorganiza o passado, redefine o presente e projeta um futuro incerto.

As narrativas analisadas revelam que a condição de vítima não é simplesmente dada, mas socialmente produzida e disputada. A compreensão dos sujeitos como vítima varia de acordo com as diferentes experiências e marcadores sociais, assim como em relação à sua situação jurídica com a mineradora. A identidade de si se manifesta no processo de rememoração e, embora esses sujeitos não se autodenominem vítimas, à medida que narram os eventos que os levaram até a situação atual de vida eles solidificam a consciência sobre a imolação imposta a eles para o progresso material de uma minoria hegemônica da qual a empresa faz parte.

A recusa institucional em nomear o acontecimento como desastre e em reconhecer plenamente os atingidos como vítimas integra uma estratégia mais ampla de gestão simbólica do conflito, na qual o tempo cronológico - técnico, pericial, burocrático - opera como mecanismo de contenção política. Em contraposição, o tempo narrado pelas vítimas reinscreve o sofrimento em uma intriga que articula memória, perda, fé e luta, configurando arenas de produção de sentido que resistem à neutralização tecnicista e à objetificação do dano.

O processo de deslocamento territorial é um aspecto comum às narrativas da vítima e tem um efeito prático sobre como esses sujeitos pensam suas histórias e a si mesmo. As vítimas não estão apenas deslocadas no território, mas também de si – e de quem já eram antes do início do desastre. O movimento não ocorre apenas debaixo do solo, entre os bairros, mas igualmente nas subjetividades desses sujeitos que estão em deslocamento permanente de si e do mundo social. Isso materializa também a dimensão psíquica de sofrimento do neoliberalismo que, para progredir, demanda o sacrifício dos cidadãos e a culpabilização de suas vítimas.

A metáfora da organoboros, inspirada no ouroboros e na crítica ao capitalismo canibal, permitiu compreender a mineração predatória como expressão de uma racionalidade sacrificial que consome territórios, vínculos e subjetividades em nome do progresso. Nesse quadro, o sacrifício deixa de ser exceção e se torna princípio organizador de uma cidadania precarizada, na qual o sofrimento é naturalizado como preço inevitável do desenvolvimento. A comunicação organizacional, longe de ser mero instrumento informativo, revela-se dimensão constitutiva desse processo, seja ao silenciar, deslocar sentidos ou enquadrar o desastre em termos compatíveis com a preservação da legitimidade institucional.

As aporias identificadas ao longo da pesquisa - entre reconhecimento e negação, reparação e compensação, técnica e experiência, progresso e ruína - apontam para os limites de uma análise estritamente instrumental da comunicação nas organizações. Se, por um lado, a tecnicidade é necessária à gestão de crises complexas, por outro, sua hegemonia pode produzir a banalização do mal no campo organizacional, quando decisões administrativas e discursos aparentemente neutros contribuem para a reprodução de violências estruturais. A objetificação do sofrimento, convertida em dados, laudos e cronogramas, obscurece a dimensão ética do acontecimento.

As narrativas das vítimas, ao resistirem à lógica devoradora do tempo abstrato, reabrem a historicidade do acontecimento e recusam a frivolidade do sofrimento humano. Elas não oferecem sínteses reconciliadoras, mas mantêm viva a tensão entre memória e futuro, entre

ruína e esperança. Se o progresso, como advertiu Benjamin (1994), sopra como tempestade que acumula escombros, a narração surge como gesto ético que se volta para as ruínas a fim de lhes restituir sentido. Nesse movimento, as vítimas não apenas contam uma história: elas disputam o direito de inscrevê-la na história.

Referências

ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. In: O capitalismo como religião. Organização: Michel Löwy; Tradução: Nélío Schneider, Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022: Religiões: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRASKEM. **Atuação da Braskem em Alagoas: geração de empregos e cadeia plástico-química**. São Paulo: Braskem, 2026. Disponível em: <https://www.braskem.com/alagoas>. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRASKEM. **Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação: ações em Maceió**. São Paulo: Braskem, 2024. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/como-funciona>. Acesso em: 21 fev. 2026.

BROWN, W. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. São Paulo: Zazie Edições, 2018.

CAVALCANTE, J. **Salgema: do erro à tragédia**. Maceió: Cesmac, 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Quem é a vítima**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/defesasdasvitas/vitimas/quem-e-a-vitima>. Acesso em: 18 ago. 2025.

DÍAZ, R. Personaje e identidad narrativa: una aproximacion metodologica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 37-58, 1999.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, J.; BARROS, A. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 62-83.

FRASER, N. **Capitalismo canibal: Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HINKELAMMERT, F. J. **Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta**. Tradução: João Rezende Costa. Revisão Iranildo B. Lopes. São Paulo: Paulus, 1995.

KAUFMANN, J. **A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo**. Tradução de Mariza Corrêa. Petrópolis: Vozes, 2013.

MATE, R.. **Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”**. Tradução de Nélcio Schneider. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2011.

NASCIMENTO, C.; CAVALCANTE, M. S. O confronto discursivo entre o conservadorismo empresarial e a memória ambientalista e sindical alagoana. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, Rio Grande/RS, v. 35, n. 2, maio/ago, p. 42-61, 2018.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

PIMENTA, L. N.; RODRIGUES, E. G. B. O buraco da serpente e a produção discursiva do desastre em Maceió na CPI Braskem. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 37, n. 1, p.01-24, 2026.

QUARANTELLI, E. L. **What is a Disaster? A Dozen Perspectives on the Question**. London: Routledge, 2005.

RICHARDSON, R. J. (et al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RICOEUR, P.. **A Metáfora Viva**. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RICOEUR, P. O si-mesmo como um outro. Tradução: Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica**. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa 2: a configuração do tempo na narrativa de ficção**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa 3: o tempo narrado**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

RODRIGUES, E. G. B.; PIMENTA, L. N.; LEITE, S. N. Braskem, o colapso e os públicos: a Mina 18 como acontecimento. **Esferas**, ano 14, vol. 3, nº 31, setembro/dezembro, p. 1-27, 2024

RODRIGUES, E. G. B. **Sobre progresso e sacrifício: narrativas cristãs na construção do neoliberalismo à brasileira**. Maceió: Edufal, 2025.